



**ST20. LINGUAGENS HISTORIOGRÁFICAS E A ESCRITA DA HISTÓRIA  
MÉTODOS E REPRESENTAÇÕES**

1373

**A IDENTIDADE PARAÍBANA NA OBRA “HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DA  
PARAÍBA”, DE MAXIMIANO LOPES MACHADO<sup>1</sup>**

*Dra. Luíra Freire Monteiro<sup>2</sup>  
Ac. Marinês Cavalcante da Silva<sup>3</sup>*

**Resumo:** A narrativa de uma história especificamente paraibana, ligada sempre aos grandes momentos da história nacional, forjada no âmbito do IHGP, nos legou o conceito de **paraibanidade**, como uma especificidade capaz de coligar os naturais do estado, e que foi naturalizada ao longo do século XX, ensejando a compreensão de que os paraibanos, em si, detêm peculiaridades capazes de definir sua identidade como um povo único. Nossa proposta de pesquisa se dispôs a investigar como tal entendimento foi produzido, no contexto da obra “História da província da Parahyba”, de Maximiano Machado. Com tal fito, objetivamos identificar as estratégias narrativas do renomado historiador, no sentido de entender em que consiste a singularidade da identidade paraibana, e quais os recursos retóricos utilizados nessa construção identitária. Para tanto, norteamos nossos procedimentos a partir da busca pela compreensão do histórico na sociedade paraibana, e pelas formas com que o passado foi utilizado em determinado tempo e espaço, que significados ele teve em determinados momentos, quais os interesses políticos e culturais e os projetos de futuro daquele historiador. A pesquisa se justifica ante o escasso número de obras e autores que se voltaram à análise da historiografia local como campo de pesquisa, sobretudo dentro da temática da criação identitária, apesar desta se impor como temática relevante nos estudos históricos. Sua realização representa um pequeno, embora não menos importante avanço no conhecimento da cultura histórica da Paraíba, em termos temporais, bem como da própria cultura historiográfica local, que permanece anatemizada.

<sup>1</sup> A temática deste artigo integra o projeto de Iniciação científica da Universidade Estadual da Paraíba, intitulado “Arquitetura da paraibanidade: recursos retóricos dos historiadores paraibanos na construção da identidade local”, de autoria da Dra. Luíra Freire Monteiro, membro efetivo do Departamento de História daquela instituição.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista PIBIC/CNPQ. Email: luirafreire@oi.com.br

<sup>3</sup> Graduanda do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Membro integrante do Projeto PIBIC/CNPQ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Email: marinesfreire@hotmail.com. Departamento de História, Centro de Educação, Campus I - UEPB

**Palavras-chave:** Historiografia paraibana. Paraibanidade. Maximiano Machado.

## INTRODUÇÃO

A obra *História da Província da Paraíba*, publicada em 1912, tem por autoria o Paraibano Maximiano Lopes Machado, escritor de vários outros trabalhos relacionados às regiões paraibanas, o que facultou ao mesmo o título do primeiro e o mais importante historiador paraibano. Nascido na capital da província da Paraíba, atual João Pessoa, ao contrário de outras crianças de sua época, Machado teve a oportunidade de seguir uma carreira acadêmica iniciando seus estudos com padres no Convento Madre de Deus em Olinda, onde cursou todo o ensino primário e secundário. Na Faculdade de Direito, também em Olinda, se formou e tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e logo após foi nomeado Promotor Público de Olinda, Juiz Municipal de Areias, Delegado, e Deputado Provincial em várias Legislaturas, sendo também um político nato ao qual assumia a chefia do Partido Liberal, fator esse que de alguma forma contribuiu na contextualização de sua obra.

Inegavelmente, Machado foi um homem de grandes participações no que diz respeito à política de sua época e, sobretudo um grande curioso da história. Sua biografia nos permite entrever em seu perfil social um típico integrante das academias brasileiras, dedicado à escrita do nacional. Não à toa, Machado se dedicou durante anos em construir uma história para Paraíba, algo que não existia antes de suas pesquisas; o que se tinha era uma história bastante ampla, focada nas generalidades de um pretendido Brasil, sem maiores preocupações com as singularidades dos específicos espaços que o compunham. Com relação ao enfoque sobre a Paraíba, por sua vez, esta só tinha relevo nesse tipo de narrativa, quando vinculada à história de Pernambuco. Essa imbricação política, derivada da própria composição territorial da Paraíba, parece-nos ter sido motivo de grande desconforto para os paraibanos oitocentistas, que se dedicaram à desconstruí-la, como é o caso do nosso autor. Fazia-se necessário a construção de uma identidade própria, um tipo paraibano específico, diferente dos de Pernambuco, cuja história formativa não poderia (assim como não o era) ser a mesma da Paraíba.

O objetivo de nosso trabalho prende-se a esta questão: Como Machado construiu o paraibano em sua narrativa sobre a formação do lugar. Nossa leitura sobre a história escrita por aquele autor parte, também, das proposições de Margarida Maria Santos Dias (1996) acerca da formação da historiografia local e do esforço dos historiadores locais na construção da nominada “paraibanidade”. Assim, é nosso intuito identificar e relatar como essa identidade é construída e pensada e como o conceito de Paraibanidade se torna peça única e fundamental para esse povo excluído da história brasileira, posto que narrado sem maiores destaques que o singularizasse e que o distinguisse.

Sobre a questão, DIAS (1996) nos mostra o quanto o IHGP (Instituto Histórico Geográfico Paraibano), a partir de 1905, quando foi fundado, contribuiu para dar a Paraíba uma história, e ter algo a mais que uma simples crônica. A esse respeito podemos analisar as próprias palavras da autora:

O que constatavam era a existência de uma crônica sobre a Paraíba, muito ligada a Pernambuco e ao Brasil. Não havia a história da Paraíba. A fundação do IHGP previa, além da organização das fontes e outras tarefas todas como importantes, o objetivo maior de escrever a história da Paraíba. Quando a isso se adicionava o fato de ser escrita pelos próprios paraibanos, a relevância do objetivo era multiplicada. (DIAS, 1996, p.36)

Diante disto, constatamos o maior interesse do IHGP, e como estamos falando em escrita de uma história pelos próprios paraibanos, temos o exemplo de Maximiano Machado como prova viva de um trabalho que foi pesquisado durante anos dedicado inteiramente a Província do Norte.

### “A PAZ COMO EMERGÊNCIA DA PARAIBANIDADE”

Como ponto de partida para se entender como se deu a constituição de uma nova sociedade e civilização que por sua vez deu início à criação de uma nova identidade, o autor Maximiano Machado trabalha a questão do surgimento e construção de um novo povoado que dera esse ideal de pertencimento a uma identidade local, por sua vez ele trabalha detalhadamente em seu discurso como tudo isso ocorreu, relatando que ao sair de Itamaracá os colonizadores Frutuoso Barbosa e Pero Lopes se dirigiam a Paraíba em busca do domínio e conquista do Rio Paraíba, ao chegar sem que fossem percebidos pelos nativos proprietários daquela área que no momento trabalhavam demolindo a fortaleza, os colonizadores cercam esses nativos, em meio a essas circunstâncias encontram Piragibe o líder dos Tabajaras aprisionado e cercado pelos Potiguaras em consequência de um conflito ocorrido entre essas duas tribos. É a partir desse movimento que Maximiano Machado retrata com transparência como se deu esse tratado de paz.

Para aquele historiador, Piragibe ao se ver cercado não tinha como fugir dos inimigos, porém, envia alguns índios ao Ouvidor-geral Martim Leitão pedindo que o socorresse e assim aceitaria sua amizade. A partir disso inicia-se uma mobilização onde Frutuoso Barbosa e suas tropas junto a Martim Leitão cercam os Potiguaras deixando-os apenas com saída para o oeste região a qual eles perderiam o completo domínio do Paraíba, rio ao qual eles haviam lutando para permanecerem proprietários. Com essa conquista, o capitão João de Lira Tavares não mede esforços para ir de encontro ao líder Piragibe lhe prestar socorro. Precisamente no dia 2 de agosto de 1585 ele sai do Recife junto a soldados espanhóis e portugueses e segue para Paraíba, ao chegar foi recebido com tiros os quais avisavam que a ajuda do líder havia chegado. No dia 5 já livre dos inimigos a paz entre Portugueses e Tabajaras é concluída, precisamente no dia de Nossa Senhora das Neves. Piragibe e João Tavares mudam a história ao optar pelo acordo de paz.

Faz-se interessante destacar que Machado parece confirmar a prática já apontada por DIAS, a respeito de uma certa “disposição para a paz” existente nos homens que deram início ao processo de criação da sociedade paraibana. A junção desses homens

num acordo os mostra como diferentes dos demais colonizadores da chamada América portuguesa, que optaram pela guerra como estratégia de dominação do mais forte. A Paraíba, assim, seria diferente de todos os demais territórios coloniais, assim como de todos os outros colonizadores, o que dá a esse lugar, e a seu povo, uma singularidade única no contexto brasileiro.

## O SURGIMENTO DA CIDADE

Sendo a paz o ponto de partida da nova formação social, a mesma prescindiria de um território que acolhesse a junção desses povos pacíficos. Dessa maneira, Machado articula a necessidade de criação desse espaço, representado pela cidade. Para aquele historiador, a emergência de um espaço urbano, criado como importante sítio administrativo colonial, num formato diferenciado em relação aos demais lugares da colônia, por si só dão à Paraíba, mais uma vez, um aspecto singular.

Observe-se que o acordo de paz e a criação da cidade ocorrem sob o signo da chamada União Ibérica, quando Portugal teve seu trono submetido ao poder de Felipe I, da Espanha. Em nenhum momento Machado se preocupa em esclarecer a dominação hispânica sobre a colônia, talvez por querer escamotear que a criação da cidade, em si, não seria algo tão extraordinário para os castelãos como o era para os lusos. A colonização de Castela tinha como ponto de partida a criação de grandes centros urbanos, cerne da civilização; a de Portugal, por sua vez, preferia a organização por pequenas vilas e freguesias, reproduzindo a metrópole em si. Mostrar a criação da cidade como algo comum aos então colonizadores significa tirar o cariz singular que era preciso fixar como próprio do paraibano, o que demonstra a estratégia autoral nesse mister.

Mesmo sem mostrar essa criação como própria dos castelãos, Machado mostra os critérios de escolha do lugar de fundação: era necessário ser próximo ao rio, local onde o acordo de paz foi celebrado, segundo o autor. Entretanto, é preciso destacar que essa escolha derivava de alguns critérios importantes para o estabelecimento dos centros urbanos castelãos: a existência de água potável, a segurança e salubridade do terreno, critérios omitidos por Machado, pelas finalidades anteriormente tratadas.

Ao relatar a reunião de Manoel Fernandes, mestre de obras do rei da Espanha, Duarte Gomes e outros colaboradores, Machado cita tais critérios, ao dizer que aqueles trabalhadores escolheram o local por entender que o melhor lugar seria o alto da colina por obter uma extensa planície provida de águas e pedras de cal havendo por perto o rio com capacidade suportável a navios de grande porte. Resolvido o local iniciam-se os trabalhos, são derrubadas árvores, se limpa o terreno e ao mesmo tempo outros trabalhadores fabricavam cal. A partir daí dão início à construção da Igreja Matriz de Nossa senhora das Neves, em homenagem a padroeira daquela povoação, lembrando que os portugueses eram dotados de uma prática onde batizavam novos espaços com nome do santo do dia, e foi justamente isso que ocorreu. A partir desse momento inicia-se o crescimento da população dando surgimento a uma cidade cujo nome Filipeia em homenagem ao soberano Felipe rei da Espanha. Maximiano deixa claro que esse

povoamento surgiu como cidade e não como vila, aldeia ou freguesia. A esse respeito podemos analisar a seguinte afirmativa do autor:

Eram muitos os operários, assim os que trabalhavam nas obras publica como nas particulares, e tudo seguia como regularidade e prestesa, de forma que em Dezembro recebeo o nascente povoado o titulo de cidade, com a denominação de Filippéa, em honra e obsequio ao soberano. (MACHADO, 1912, P.88)

Essa civilização que surgira dai por diante, fora especifica dentre todo o contexto histórico do Brasil, esse momento marcou o início de uma história singular, ou seja, a história paraibana onde o povo paraibano passa a ter seus costumes, suas crenças, suas particularidades. Terá, portanto, uma identidade local que o diferencia das demais por ter nascido da paz, tendo a formação de sua sociedade construída a partir de uma cidade (a terceira de todo o Brasil) e não de uma simples vila. Com esta surge um direito de pertencimento de possessão daquilo que agora é seu, como vemos em Jean-Claude Kauffman: é uma verdadeira invenção de si, é a construção de uma identidade. Ao se referir a essa construção Kauffman cita que:

“a identidade é um sistema de sentimentos e de representações de si mesmo, (ou seja) o conjunto das características físicas, psicológicas, morais, jurídicas, sociais e culturais a partir das quais a pessoa se pode definir apresentar-se, conhecer-se e fazer-se conhecer, ou a partir das quais os outros a podem definir, situar ou conhecer” 1979, p.8 apud KAUFFMAN, 2003 p.39.).

A partir do discurso autoral percebemos que com essa cidade formada a nação paraibana passou a ter direitos e deveres relacionados a uma nova forma de vida que surge junto a essa nova sociedade, a sociedade paraibana constituindo o que buscamos a todo o momento denominado de “paraibanidade”.

Acerca dessa paraibanidade podemos citar outros autores que trabalham com essa temática além de Margarida Dias, Regina Célia Gonçalves e Luciano Mendonça que, em seu trabalho *Derramando Susto: Os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande* relata que para encontrar essa identidade local foi necessária uma busca das “raízes do ser paraibano” onde se constituía uma entidade abstrata e homogênea, que seria a personalidade coletiva, o trabalho coletivo, ou seja, essa identidade foi construída com a colaboração de todos, de uma coletividade onde, por exemplo, ao vermos a contribuição dos nativos para erguer a cidade, percebemos a busca e o desejo que eles tinham de possuir algo próprio, pessoal, onde, mesmo influenciados pelos brancos, permaneceriam com suas identidades, suas culturas e suas características.

Maximiano já relatava que os índios da Paraíba mesmo tendo sido educados e catequizados pelos jesuítas, foram também transformados em pedreiros, tecelões e marceneiros, sujeitos prontos para atuar na nascente sociedade. Prova disso estava no fato de, apesar de entender bem os idiomas português e espanhol, preferiam e optavam por manter a língua Tupí, pois era uma forma de preservar suas identidades.

Isso é possível perceber também no movimento Quebra Quilos, ocorrido em várias localidades na Paraíba, em especial Campina Grande, onde a população se reuniu para exigir e lutar por seus direitos. Gonçalves (2007) relata que essa identidade foi construída por haver um sentimento de pertencimento seja a um determinado grupo ou a uma comunidade. Assim sendo, a paraibanidade formulada pelo IHGP e constituída a partir de um recorte local e regional passando a existir uma individualidade própria.

## OS FUNDADORES DA SOCIEDADE COMO SUJEITOS HISTÓRICOS

Enfatizando a questão relacionada aos momentos iniciais da colonização e conquista das terras paraibanas, o autor discute como se deu esse processo as constantes disputas e conflitos existentes em busca de uma proteção dos territórios. Para proteger sua identidade os nativos não se entregavam e para isso foram feitas algumas alianças entre brancos e nativos como, por exemplo, aliança entre Franceses e Potiguaras contra os Portugueses, que de certa forma foram impedidos a todo custo de pisar nas terras paraibanas. A partir desses embates o autor descreve os nativos não apenas como inocentes, mas como pessoas que ao verem suas terras sendo invadidas por exércitos bastante temidos buscam formas de protegê-la mesmo que para isso fosse preciso usar da força bruta, da violência, de sua bravura e foi exatamente isso que ocorreu. É possível entender esse ocorrido a partir de uma citação do próprio autor quando ele usa a seguinte indagação: “Que mudança repentina foi essa que, de bons e inocentes que eram, passaram a feras sanguisedentais?” (MACHADO, 1912, p.26).

É possível perceber que, toda essa mudança de comportamento tem sim uma explicação, por vez, ela pode ser dada da seguinte maneira, esses nativos já haviam passado por diversas atrocidades onde foram perdidas famílias inteiras, vidas destruídas, perda de bens, rupturas em suas raízes e tudo isso leva esses naturais a lutarem pela defesa em honra de sua nação, da segurança de seus familiares, enfim, lutam pela proteção de sua identidade.

Sobre essa questão o autor vai se referir também aos grandes personagens que contribuíram para a historiografia paraibana, aqueles que deram a Paraíba o ideário de grande, forte e imorredora, tendo em vista que eles trabalharam na perspectiva de defesa, defesa daquilo que era seu e não permitiam explorações, tanto é que esse povo carrega consigo um passado de lutas, de resistência, de perseverança e insistência em não cumprir ordens estabelecidas pelos brancos, porém, como já sabemos eles decidem optar por um acordo de paz esse que não os diminuiria diante dos colonizadores, mas sim os proporcionaria um melhor resultado para a nova sociedade que emergira naquela povoação. Juntamente a esses naturais o autor dá ênfase aos brancos colonizadores tidos como heróis, valentes, dotados de coragem assim como os nativos, dentre eles o mais conhecido e temido guerreiro André Vidal de Negreiros, além de guerreiro grande proprietário de terras e engenhos. Por fim, é sob esses aspectos de heroísmo e dessa capacidade de negociação de paz que nasceu a “paraibanidade” sendo republicana e liberal e assim fazendo do ser paraibano um ser único dentre todos aqueles já visto na história.

## OS ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Com relação às questões geográficas, foi possível observar que o autor relata sobre a geografia não de forma profunda detalhada discutindo aspectos destrinchados minuciosos sobre as áreas geográficas, apenas no momento da fundação da cidade foi possível identificar alguns desses aspectos, ao escolher o local onde seria o início de uma nova sociedade, ele é escolhido visando que suas formas geográficas iriam proporcionar fatores econômicos. Com as margens do rio bastante próximo e um terreno provido de planícies no alto de uma colina seria favorável a navegação e a agricultura que por sua vez contribuiria para o transporte de mercadorias, ou seja, o desenvolvimento da cidade que ali surgira, sem dúvidas iria ser de grande intensidade e contribuiria para todos os fatores seja ele econômico político ou social.

O autor se deteve a produzir uma história com um âmbito mais cronológico onde inicia descrevendo desde a colonização do Brasil até chegar a divisão das capitanias onde inicia-se o processo de colonização da Paraíba do Norte. Entretanto, ele cita que a Paraíba era dotada de terras férteis, nos períodos de seca a situação da população era muito complicada a falta de água gerava transtornos tanto para as famílias como para as grandes produções agrícolas, ele cita o sertão como uma parte meio desconhecida especificamente onde hoje é o Norte de Campina Grande, cita alguns lugares mais secos onde não existia o cultivo do açúcar denominado pelo autor como uma espécie de caatinga, ele menciona o litoral e o brejo como grandes fontes produtivas de açúcar, algodão, farinha, milho, enfim produtos alimentícios os quais a economia girava em torno. É importante citar que, os aspectos geográficos já haviam sido também estudados pelo autor ao escrever a *Carta Geográfica da Província da Paraíba*, trabalho ao qual ele se dedicou para deixar seu profundo conhecimento geográfico adquirido em observações e visitas a alguns pontos da Província.

## SINGULARIDADES DA CRIAÇÃO DA PARAÍBA

A partir da narrativa de Maximiano Machado temos a certeza de que a Paraíba não foi e não teve uma dependência absoluta e única da Província Pernambucana, sabemos que a Paraíba tinha desvantagem com relação à geografia, devido o sertão paraibano ser mais favorável a Pernambuco, gerando crise no desenvolvimento comercial paraibano. Podemos dizer que o que existiam eram sim colaborações entre as duas como meio de subsistência e administração. A esse respeito podemos analisar a citação do autor sobre essa desvinculação onde o governador Jeronymo José de Mello e Castro afirma que a Paraíba não necessitava de Pernambuco para caminhar sozinha e solicita através de uma carta ao governo de Lisboa que houvesse a independência da Paraíba:

[...] tendo reconhecido pela experiência dos anos de sua longa administração que não faltavam à Parahyba grandes recursos para

viver por si, e antes como se achava, emcorporada à Pernambuco, soffria immensos prejuizos n`arrecadação das suas rendas e destruição das suas mattas, solicitou do governo de Lisbôa a separação da capitania.(MACHADO,1912,p.506)

Dessa forma percebemos que, para Machado, desde o início a Paraíba se constituiu por si só sem a necessidade da Província Pernambucana, pois ela sempre teve condições de se manter sozinha, tendo em vista que ela era dotada de territórios ricos e produtivos proporcionando uma boa economia como, por exemplo, o sertão dotado de uma boa produção algodoeira, o litoral com seus vastos engenhos e o brejo grande produtor de alimentos de subsistência, além de possuir um povo o qual se dedicava com sua bravura em defender os interesses provinciais, sendo assim, entendemos por que o IHGP visava à preocupação em construir uma história separada da de Pernambuco dando uma identidade a essa terra que desde os primórdios é heroica.

Para detalhar melhor podemos afirmar que, o que ocorria era uma “troca de favores” enquanto Pernambuco colaborava com a parte política administrativa a Paraíba era fonte de uma grandiosa agricultura alimentícia que abastecia não só Pernambuco, mas outras regiões também, portanto, é preciso entender que essa dependência nunca existiu essa junção tida como uma dependência foram “equivocos” historiográficos, são outros olhares voltados não para Paraíba como foco principal, mas sim para a província Pernambucana que tinha uma força maior em relação à política e como sabemos a história política elitista sempre teve um lugar primordial na história. Entretanto, Maximiano Machado juntamente com outros historiadores mudam essa visão estereotipada que se tinha da Paraíba. Para confirmar essa não subordinação da Paraíba como um verdadeiro apêndice de Pernambuco, Ocione Fernandes nos mostra em sua produção que:

“[...] à subordinação política da Parahyba do norte a Pernambuco até o final do século XVIII, não há como refuta-la, assim como as relações econômicas processadas entre as ambas até o século XIX. No entanto [...] percebemos que, economicamente Pernambuco também dependia da Parahyba, principalmente n que concerne aos gêneros direcionados à sua subsistência e à exportação” (FERNANDES, 2008, p.44).

Diante disto, podemos concluir que essa dependência não pode de forma alguma ser levada em consideração como parte concreta da história paraibana. Deste modo, esperamos que novas abordagens a cerca desta temática permaneça sendo escrita assim como Ocione Fernandes a fez mostrando o verdadeiro potencial que essa província dotava.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa nos permitiu concluir que as estratégias utilizadas por MACHADO bem coincidem com a proposição do estudo de DIAS, acerca da criação identitária paraibana, nos moldes exigidos pelo IHGP, como afirmado desde o início.

A criação de uma identidade única e singular foi imprescindível por duas razões: uma, a criação do próprio IHGP, que precisava se constituir como espaço de saber (e de poder) daqueles que atuavam ou queriam atuar como historiadores da Paraíba; outra, que a instituição da república foi momento correto para tal criação, uma vez que, ao constituir-se como unidade federativa e não mais como província, a Paraíba se sentiu melhor representada no contexto nacional, algo que nunca obtivera nos tempos da monarquia. A força econômica e política do chamado “Leão do Norte” fez com que a Paraíba adentrasse os séculos da colonização como um coadjuvante na cena, papel que deveria, por determinação encomiástica, ser alterado com o advento da república. Para isso, Machado se dedicou na formação de uma obra que desse o merecido destaque ao “pequenino estado” que muito lutou pelas causas do Brasil, mesmo não sendo devidamente reconhecido em tempo hábil. Assim, reconhecemos que a paraibanidade foi uma criação identitária, pensada e moldada com fins políticos, no sentido de concitar espaços importantes no contexto nacional. Buscava-se, enfim, estabelecer um tipo capaz de lutar por tais espaços, posto que capaz de se reconhecer como único, bravo e poderoso.

Para tanto, é importante citar também que essa paraibanidade persiste até os dias atuais, embora saibamos que exista na pós-modernidade uma crise de identidades identificada por HALL, mas ao nos depararmos com a dedicação do povo paraibano em manter suas raízes, sejam elas na música, nos costumes, em suas características mesmo que de forma minúscula, mas que nos possibilita perceber que somos, sim, um povo diferente dos demais, a criação da nossa identidade foi uma busca dos nossos ancestrais onde com o espírito de guerreiros deixaram heranças, que nos fazem perceber a força e a bravura que possuímos até hoje e é por isso que devemos nos honrar em termos uma Paraíba que agora é só nossa.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine**: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa, 1996.

FERNANDES, Ocione do Nascimento. **A produção e a comercialização de mercadorias no brejo da Parahyba do Norte (1793-1883)**. UFPB, João Pessoa, 2008.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: Política e Economia na Capitania da Parayba, 1585-1630. Bauru, SP: Edusc, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A invenção de si**: Uma Teoria da Identidade. Epistemologia e Sociedade, 2003.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramamento de susto**: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1912.

MONTEIRO, Luíra Freire. **Retórica da alteridade: Portugal e portugueses na historiografia brasileira**. Tese de doutorado em história: Universidade de Coimbra, 2012.